



Sinesp Jornal

ISSN 2359-5507

Sindicato independente e de luta
Filiado a: ANPAE, DIEESE, MOSAP, DIAP

Publicação do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino
Público Municipal de São Paulo Nº 238/Novembro de 2015



Com apoio do SINESP

O "Dia Municipal de Luta Contra a Medicalização da Educação" contou com ato na Câmara - Pág. 7

19º Congresso do SINESP debate a importância da Educação para a consolidação da democracia



O Prof. César Nunes abordou o PNE aprovado em 2014 e sua importância para a democratização da educação

Veja um resumo das palestras nas páginas 4 e 5

Lutas da categoria - Pág. 3

Defesa da Carreira do Magistério e da PEC 555/06 são alvo de ação do SINESP em Brasília

Foto: Diretoria do SINESP



Representantes do SINESP assessor do Senador José Maranhão

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

Discussão e aprovação das contas e do programa orçamentário para 2016

07 de dezembro, 17h00, na sede do SINESP, Praça Dom José Gaspar, 30, 3º andar

Confraternização 2015

A Diretoria do SINESP convida os filiados e seus familiares para participar, com seus colegas de trabalho, de uma tarde de confraternização com feijoada, música (DJ) e Personal Dancers - Inscrições até 8/12 - Pág. 8

Organização - Pág. 6

Última reunião do CREP de 2015 define lutas atuais e tem palestra sobre a conjuntura educacional

Foto: José Bergamini



Conselheiros e Diretores do SINESP na reunião

Expediente

Jornal do SINESP é uma publicação do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo. Responsabilidade da diretoria.

Diretoria

Presidente:

Luiz Carlos Ghilardi

Vice-Presidente:

Maria Benedita de Castro de Andrade

Secretário Geral:

João Alberto Rodrigues de Souza

Vice-Secretário Geral:

Maria Cristina Ribeiro

Diretor de Administração**Financeira:**

Rosalina Rocha de Miranda

Vice-Diretor de Administração**Financeira:**

Letícia Grisólio Dias

Diretor p/ Assuntos de Legislação e**Defesa dos Direitos dos Filiados:**

Egle Prescher Iaconelli

Vice-Diretor p/ Assuntos de**Legislação e Defesa dos Direitos dos Filiados:**

Christian de Mello Sznick

Diretor de Eventos Educacionais:

Marilva Silva Gonçalves

Vice-Diretor de Eventos**Educacionais:**

Rosana Capputi Borges

Diretor Cultural:

Alairse Vivi

Vice-Diretor Cultural:

Márcia Helena Gargiulo Krause

Diretor de Imprensa:

Marilza Gomes da Gama e Silva

Vice-Diretor de Imprensa:

Rui Ferreira da Silva Júnior

Diretor de Políticas Sociais:

Norma Lucia Andrade dos Santos

Vice-Diretor de Políticas Sociais:

Getúlio Marcio Soares

Diretor de Organização Sindical:

Ana Maria Dünkel Bonalumi

Vice-Diretor de Organização Sindical:

Janete Silva de Oliveira

Conselho Fiscal

Titulares: Rinaldo Sérgio Leite, Eliana Mandarino Garcia Bonastre, Neuzia Maria Canile Hartman

Suplentes: Lídice Neyde da Silva Astrini, Mabel Skiet do Nascimento, Aparecida Benedita Teixeira

Produção

Redação, Edição, Diagramação: José Bergamini,

Jornalista responsável - MTB 23.668

Redação, Revisão e Pesquisa:

Marilza G. Gama e Silva

Impressão: Fomacerta (3672 2727)

Tir.: 6.600 exemplares

Endereço

Pça. Dom José Gaspar, 30, 3º andar Centro

- São Paulo/SP - CEP 01047-010

E-Mail: sinesp@sinesp.org.br

Site: www.sinesp.org.br

Fone/Fax

(11) 3255 9794

Editorial

Mais um momento de lutas

Foto: José Bergamini

Discurso proferido pelo Presidente do SINESP, Luiz Carlos Ghilardi, na abertura do 19º Congresso do SINESP

Em momento tão complexo da vida nacional, como o que agora vivemos, o SINESP escolheu refletir, em seu 19º Congresso, sobre os nossos 30 anos de Democracia e o papel que deveria ter a Educação.

Escolhemos falar de Democracia, para lembrar que ela é uma jovem personagem na vida dos brasileiros. O quanto ela foi esperada e almejada pelas gerações que lutaram contra a Ditadura e que por isso mesmo valorizam a Democracia como um bem inestimável. Os verdadeiros democratas tremem à simples ideia da possibilidade da volta dos tempos autoritários da mordaza, do arbítrio, do “prendo e arrevento”.

Embora a Democracia esteja em vigor entre nós, temos que admitir que ela ainda não é plena, pois está contaminada perigosamente pelo poder econômico, pela corrupção, pelo fisiologismo, pela demagogia.

O professor e filósofo Roberto Romano vem contestando com veemência os que dizem que nossas instituições funcionam em sua plenitude. Temos que lhe dar razão quando questiona a “normalidade institucional” no Brasil, e quando alerta que não há Democracia plena quando bilhões são subtraídos dos cofres públicos. Quando muitas vezes o dinheiro da corrupção é usado em campanhas políticas e as contas partidárias recebem aprovação da justiça eleitoral. “O normal”, diz ele, “seria o controle rigoroso que não abençoasse números espúrios”.

Outra prova evidente de que nossas instituições não operam

normalmente é a violência instaurada com a qual convivemos, e que mata mais e impunemente do que em países em estado de guerra declarada. E quando as maiores vítimas dessa violência são jovens, pobres, negros, moradores das periferias. Se vivêssemos a normalidade democrática, com ela viria também a proteção irrestrita da infância e da juventude, com todas as prioridades e garantias estabelecidas em lei.

Poderíamos elencar inúmeros exemplos que comprovam que ainda não resolvemos nossos problemas estruturais em termos democráticos. Que a Lei não tem o mesmo peso para todos. Que temos um Estado de modelo absolutista, em que governantes e legisladores não têm o hábito de prestar contas a ninguém. Ou melhor, não tinham, pois o poder Judiciário vem assumindo o protagonismo na cena nacional, dando uma pequena mostra do que seria o nosso país se as instituições cumprissem realmente o papel que lhes cabe na construção da Democracia.

Na Democracia, as decisões governamentais são políticas e dependem da correlação de forças. Os pressupostos para encarar esta disputa são o conhecimento, a coesão que leva à mobilização e que, por sua vez, provoca a pressão sobre os tomadores de decisões. Assim aconteceu na Constituinte, em que o conhecimento das matérias em debate, combinado com um plano de ação e muita mobilização, foram fundamentais e produziram resultados positivos.

No plano federal, nas legislaturas anteriores à atual, também graças ao conhecimento e à unidade de ação, foram evitados grandes retrocessos, como a flexibilização

da CLT, a transformação do trabalhador em pessoa jurídica e a própria tentativa de terceirização sem limites.

Na atual legislatura, iniciada em fevereiro de 2015, entretanto, a correlação de forças mudou e os riscos são enormes. O Congresso que tomou posse em fevereiro deste ano, renovado em quase 50%, veio mais conservador, do ponto de vista social; mais liberal, do ponto de vista econômico; e mais atrasado em relação às questões ambientais e de direitos humanos.

Temos que ficar atentos, pois além da recessão econômica que o governo não vem demonstrando condições de evitar, ainda escolheram o serviço público e o servidor como alvos do ajuste fiscal. Se sairmos ilesos, ainda nos aguarda na pauta projeto de lei que permite terceirização de qualquer área, inclusive na atividade-fim, contratação de serviço, e não de um empregado, subcontratação ou quarteirização.

Tudo isso, num Congresso Nacional em que a bancada sindical encolheu, enquanto o setor empresarial está representado por uma bancada numerosa e coesa, que atuará em favor de sua pauta, que inclui desde temas tributários, passando por desregulamentação da economia e das relações de trabalho.

Enquanto isso, o governo municipal nas mesas de negociação recita o mantra “os cofres estão vazios”. Entretanto, em meio a tantas dificuldades, vemos motivo para comemorar uma luta vitoriosa do SINESP, que é a realização de um Concurso Público de acesso



Luiz Carlos Ghilardi
Presidente do SINESP

para os cargos de Diretor de Escola e Supervisor Escolar. Isto não é pouco. Significa o fortalecimento e a continuidade da Carreira do Magistério no Município. Significa respeito à autonomia dos planos de carreira dos entes federativos, pois na maioria dos Estados e Municípios o provimento se dá por vias pouco transparentes, a eleição, a indicação política. A realização do concurso de acesso significa valorizar a forma mais democrática de provimento de cargos públicos, o Concurso Público. A Educação Municipal está de parabéns, e o SINESP muito feliz por ter lutado e obtido esta conquista.

Mas nossa luta não termina aqui. Aguardamos do Secretário Gabriel Chalita a justa valorização dos Gestores Educacionais. Ele e seus assessores têm dito com insistência que sem os Gestores não se faz educação pra valer! Que sem os Gestores Educacionais não há implementação das políticas para a Educação. Aguardamos o resultado daquele protocolo de negociação que assinamos na Campanha Salarial. SME, a pedido do SINESP, formou um grupo de trabalho que estuda a valorização dos Gestores. Lutaremos para que esta valorização seja uma realidade!

Sindicato em Ação!

SINESP defende a Carreira e a aprovação da PEC 555/06 em Brasília

A ação do Sindicato se deu no dia 11 de novembro na Câmara dos Deputados e no Senado Federal

O SINESP foi representado pelo seu Secretário Geral João Alberto Rodrigues de Souza, pela Dirigente Sindical Aparecida Benedita Teixeira, Cidinha, e pelos Conselheiros João Bezerra da Silva Júnior, João Paulo de Oliveira e Keiko Kishi Lazzeri.



Representantes do SINESP com o Deputado Baleia Rossi

Contra a PEC 80/15

O SINESP já havia apresentado em agosto, para a Senadora Ana Amélia, sua posição contrária à PEC 80/15, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), que pretende estabelecer a Carreira Nacional do Magistério Público da Educação Básica somente para Professores, excluindo os Gestores Educacionais e tornando extintas todas as carreiras de Estados e Municípios.

Essa PEC fere, brutalmente, a autonomia dos Entes Federativos, garantida pela Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foi distribuída para a relatoria da Senadora Gleise Hoffmann.

Diante desse avanço da matéria foi realizada no dia 11/11 uma ação junto aos Senadores José Serra (SP), Aloysio Nunes Ferreira (SP) e José Maranhão (PB), Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania – CCJ, através de seu assessor



Keiko Kishi, representando o SINESP, com a Senadora Ana Amélia



João Alberto, do SINESP, com o Senador Aloysio Nunes



Representantes do SINESP com assessora da Deputada Dâmina de Carvalho

Fotos: Diretoria do SINESP

Ranilton Monteiro Neves, que receberam a fundamentação jurídica do SINESP contra a PEC 80/15.

Foi reiterada junto à Senadora Ana Amélia (RS) a importância de sua defesa nesta pauta. O assessor Ranilton acolheu o documento do SINESP e se comprometeu a colocá-lo como parte dos autos da PEC 80/15.

Em defesa da PEC 555/06

Em defesa da aprovação da PEC 555/06, que isenta, gratuitamente, os Aposentados e Pensionistas da contribuição previdenciária, o SINESP esteve no gabinete da Deputada Dâmina de Carvalho Pereira (PMN/MG) e também Coordenadora Geral da Bancada Feminina e em audiência com o Deputado Baleia Rossi (Presidente do PMDB/SP), para solicitar apoio no momento de votação desta PEC.

A assessoria da Deputada Dâmina oficialará ao Presidente da Câmara dos Deputados solicitando que o ofício do SINESP seja apensado aos autos da PEC 555/06. O Deputado Baleia Rossi declarou seu apoio no momento de votação e entrará em entendimento com o deputado Arnaldo Faria de Sá, relator desta PEC para pautá-la com a certeza de aprovação.

Na oportunidade, os Conselheiros do SINESP desempenharam um papel muito importante no Congresso Nacional.

O SINESP está sempre alerta na defesa dos filiados.

Formação e Organização

19º Congresso do SINESP 2015 analisou as relações entre democracia e educação

O SINESP escolheu refletir sobre os 30 anos de democracia no nosso país, em momento nacional complexo, marcado por crise econômica e política.

Os Gestores Educacionais lotaram a plenária de abertura solene, que contou com a presença da Secretária de Educação em exercício Profª Emília Cipriano, do Dirigente Regional da Penha Marcos Mendonça, da representante da DRE Santo Amaro Profª Ruth A. de Oliveira Campos, do Deputado Estadual Carlos Gianazzi, da Vice-presidente da APROFEM Profª Margarida Genofre e da Presidente da APASE. Profª Rosângela Chede.

O Presidente do SINESP, Luiz Carlos Ghilardi, em seu discurso de abertura, enalteceu a democracia como o bem mais valioso da nação brasileira. Ressaltou o protagonismo do poder judiciário nos nossos dias e a necessidade de instituições sólidas para a consolidação democrática.

O 19º congresso do SINESP prestou homenagem aos 80 anos da Educação Infantil, convidando educandos da EMEI Tenente Paulo Alves, da DRE Ipiranga, a entoarem o hino nacional. Após a apresentação, a Dirigente Sindical Marilva Silva Gonçalves lembrou a importância da boa educação na primeira infância, em meio à alegria das crianças entretidas com bolhas de sabão.



Mesa de Abertura do Congresso com o Presidente do Sindicato em pronunciamento



As crianças da EMEI Tenente Paulo Alves, da DRE Ipiranga, cantaram o Hino Nacional



Princípios e ações sindicais têm debate participativo

O interesse em participar das definições das reivindicações, prioridades e ações sindicais foi muito grande. Isso ficou marcado pela participação dos congressistas nas plenárias por grupo e na plenária final, em que foram realizados os debates e tomadas as decisões. O resultado final dos debates pode ser visto no encarte deste jornal.



Veja no site do SINESP

- A galeria de de fotos do 19º Congresso
- Vídeos com a abertura solene, depoimentos de congressistas e as palestras

Conferência de abertura com o tema do congresso foi apresentada pelo Prof. José Álvaro Moisés, cientista político, jornalista e escritor

O Prof. trouxe ao 19º Congresso reflexões baseadas em suas pesquisas sobre qualidade da Democracia. Lembrou que escolher os governantes e poder julgar seus atos são aspectos inerentes à Democracia, regime no qual o eleitor é o soberano.



Para mensurar a qualidade da Democracia é preciso articular conteúdos - princípios de liberdade e igualdade, procedimentos, natureza do processo, e resultados, que são vistos nas políticas públicas. Na Democracia deve vigorar o primado da Lei, o controle do poder econômico, o direito à organização e à informação autônoma e independente.

O Brasil é uma jovem democracia, com 125 anos de regime republicano, mas com poucos anos de real Democracia. Entre os aspectos positivos no nosso sistema democrático, o Professor José Álvaro Moisés citou os ciclos eleitorais que se sucedem normalmente, sem fraudes; os militares subordinados à autoridade civil; forças políticas que não reivindicam meios antidemocráticos de tomada de poder; avanços de segmentos sociais no mercado de consumo; consolidação de princípios de participação e contestação.

Mas o Professor José Álvaro Moisés vê também déficits e distorções no regime democrático brasileiro: a lei não vale igualmente para todos, há abuso de poder e corrupção sistêmica nas três esferas de governo, há distorções regionais de representatividade eleitoral, desigual extensão de direitos, em que indígenas, afro-descendentes e mulheres são sub-representados e acesso difícil à justiça para a maioria da população.

A percepção dos brasileiros quanto à Democracia apresenta dados preocupantes: 47% dos pesquisados acham que ela pode funcionar sem partidos políticos e 45% que pode funcionar sem o Congresso Nacional.

Formação e Organização

Palestra “Direitos humanos como núcleo de uma formação ética” com o Prof. José Sérgio Carvalho, mestre e doutor em filosofia da educação pela USP, membro do Conselho Municipal de Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo



José Sérgio considera que a educação é alvo de conceitos enganosos. Um aponta a maior escolaridade como esperança de uma sociedade civilizada, democrática e justa. O outro não reconhece na escola nenhuma influência na formação ética. A ideia de que por meio da educação se fazem sociedades tiranas ou democráticas remonta os primórdios da filosofia. Para Aristóteles, a formação ética e política é obra da educação. Cada vez mais, a escola vem assumindo novas atribuições - educação ambiental, sexual, alimentar - que não deveriam caber apenas a ela. José Sérgio é enfático: “o compromisso com princípios éticos e direitos humanos são atributos inerentes à escola. O aprendizado da ética se faz pelo exemplo, pelo convívio ético, pela exposição ao ambiente social ético, e não pela simples informação imediatista. A virtude ética não é uma competência, e a competência não envolve necessariamente a ética. A aprendizagem dos preceitos morais transcende a competência e exige dos educadores muito tempo e trabalho. Ensina-se a ser justo praticando-se a justiça”. Para José Sérgio de Carvalho, vive-se hoje uma crise ética porque se perdeu a noção do que é ou não justo, do que é ou não correto. Entre os muros da escola, a criança deveria ter a oportunidade de vivenciar as experiências éticas e de igualdade. Isto seria primordial para a sua efetiva inserção na vida adulta.



Fotos: José Bergamini

Palestra “A Educação brasileira diante do PNE, dos novos sujeitos sociais, dos novos direitos civis, e das novas diretrizes curriculares: humanização, cidadania e emancipação”, com o Prof, César Nunes, licenciado em filosofia e doutor em educação pela Universidade Estadual de Campinas

No meio desta transição, de uma sociedade colonialista, conservadora, patriarcal, atrasada, que convive com a alta tecnologia, a ostentação e o egocentrismo, temos que olhar para a “terceira margem do rio”, em que veremos os avanços civis da sociedade brasileira, imprescindíveis para nos sobrepormos ao momento atual. César Nunes, para quem “leis são inspirações”, considera o PNE uma grande vitória da sociedade civil brasileira, “uma lei avançada, conquista que deve ser apropriada pelos educadores para que se transforme em prática social”. Isso, segundo ele, dependerá do nosso esclarecimento e capacidade persuasiva. Ao contrário do primeiro PNE, o atual foi feito de maneira democrática, com deliberações tiradas nas Conferências Nacionais de Educação – CONAEs. “As forças políticas nacionais não compreenderam que o PNE é Lei que não pertence a um partido político e que deve ser apropriado pelas forças progressistas. Temos que fazê-lo conhecido, e implementado, pois nele estão implícitos humanização, cidadania cultural e política e consolidada a Educação como direito”.

Veja o que disseram os participantes



"O 19º Congresso foi uma excelente oportunidade de reflexão sobre nossas responsabilidades frente às transformações sociais, considerando que é pelo desenvolvimento do conhecimento que somos capazes de interferir de forma propositiva nos espaços que circulamos e principalmente no cotidiano escolar. O tema foi de excelente escolha e a escolha dos estudiosos foi perfeita."

Eliana Irena do Nascimento Menezes (Lia) - Diretora do CEI Maria da Conceição Monteiro Ayres, DRE Guaianazes



"O Congresso SINESP foi como sempre maravilhoso! Tema e Palestras sempre concatenados com as nossas necessidades. Palestras excelentes. Fiquei encantada com a palestra do Professor César Nunes, que fez uma defesa apaixonada do PNE com uma excelente explanação histórico-sociológica dos avanços sociais e das responsabilidades do novo Plano Nacional de Educação."

Silene Ramos Leite Nascimento
Diretora da EMEI Vereador Alex Freua Netto, DRE FÓ/Brasilândia



"Os temas abordados foram bem interessantes, desde a política, onde o palestrante nos mostrou o que seria possível fazer caso não houvesse corrupção. As demais palestras também foram maravilhosas, principalmente a que tratou do Plano Nacional de Educação. A abertura dada para que tracemos coletivamente o plano de lutas mostra a democracia presente no sindicato. Foi um momento rico e maravilhoso para a formação dos gestores rumo a uma gestão sempre democrática."

João Bezerra da Silva Júnior
Coordenador Pedagógico do CEI Jd. Colorado, DRE São Mateus



"Além de discutir sobre as lutas da categoria, sem dúvida esse congresso ofereceu uma oportunidade ímpar de refletir, a partir de bases sociológicas e filosóficas consistentes, sobre os 30 anos de democracia, no Brasil, proporcionada por renomados profissionais da ciência social e da filosofia; disponibilizando-nos mais elementos na defesa dos direitos dos cidadãos quanto ao acesso, a permanência e a qualidade da educação municipal paulistana."

Márcia Jelen
Supervisora Escolar na DRE Butantã



Fotos: José Bergamini

"O Congresso do SINESP 2015 trouxe muitas contribuições para a minha formação como Coordenadora Pedagógica. Os temas abordados vieram ao encontro das minhas expectativas. Parabéns à Diretoria do Sindicato pela organização."

Adriana Helena dos Santos
Coordenadora Pedagógica da EMEF André Rodrigues de Alckmin, DRE FÓ/Brasilândia

Organização da categoria

CREP do SINESP tem atuação pra valer

Alto índice de participação em todas as reuniões, formação sindical e discussão qualificada na busca de soluções conjuntas foram marcas do Conselho de Representantes do SINESP em 2015. O Conselho de Representantes é composto por conselheiros eleitos anualmente entre os Representantes de Local de Trabalho e pela Diretoria do SINESP. A última reunião do CREP em 2015 ocorreu no dia 16 de novembro, na sede do Sindicato, com vários pontos de pauta.

Relato dos Conselheiros

- Denúncia de irregularidades ocorridas na eleição do Conselho Tutelar nas várias DREs, que o SINESP encaminhou ao Ministério Público. O Sindicato também solicitou audiência com o Secretário de Educação para levar problemas ocorridos nas Unidades Educacionais pólo nas eleições e exigir solução (veja matéria na página ao lado).
- Número de agentes escolares nas escolas é insuficiente, com necessidade de aumento de módulo.
- Adiantamento bancário e PDDE não chegaram nas U.Es, agravando problemas que seriam solucionados ou amenizados com o uso dessas verbas.
- Atendimento da Educação Infantil cada vez mais precário, com crianças nas salas em número muito acima da capacidade prevista em portaria. Alguns CEIs terão que atender crianças do Infantil I sem estrutura para isto, sem ATEs, sem AVEs, embora tenham crianças deficientes. Com tantos problemas a avaliação de indicadores de qualidade se torna



Conselheira apresenta considerações durante a reunião do CREP

apenas um discurso vazio.

- A formulação das questões dissertativas do concurso foram alvo de críticas dos Conselheiros, por se assemelharem a “pegadinhas”.
- A formação em horário de serviço, tal como ocorre na DRE Penha, é louvável, mas falta estrutura para as U.Es, não há professores para substituir os que fazem a formação.
- O CREP considera que agosto/setembro são meses que agregam mais frequência ao Congresso do SINESP, o que o Sindicato levou

em consideração no calendário para 2016.

- A Diretoria eleita do SINESP recebeu cumprimentos e votos de que a nova equipe tenha o mesmo equilíbrio e bom senso que trouxe o Sindicato até aqui.
- Elogios também aos vídeos das palestras do 19º Congresso, já disponíveis e de fácil acesso no canal do SINESP no YouTube.
- O SINESP recebeu cumprimentos pela qualidade do ciclo de palestras preparatórias para o concurso de acesso realizado em novembro.

Com a palavra os Dirigentes do SINESP

Luiz Carlos Ghilardi, Presidente do SINESP, relatou a negociação intensa que o Sindicato teve com o governo pela permanência de mesmo número de dispensas de ponto em 2016 para participação nos eventos sindicais. Informou também que o Departamento Jurídico auxiliou os filiados nos recursos interpostos no concurso de acesso e que o SINESP está atento a todo processo. E colocou

o CREP a par da Mesa Bilateral de Educação, que no dia 13/11 reuniu no SINESP representantes do governo e do Sindicato para negociação.

A Dirigente Ana Maria Dünkler Bonalumi trouxe informações do PL do Executivo 558/2015, que cria a Previdência Complementar no Município (veja texto sobre a Audiência Pública realizada no dia 25/11 no site do SINESP).

O Secretário Geral do SINESP, João Alberto Rodrigues de Souza, discorreu sobre a ação em Brasília contra o PL 80/2015, que cria Carreira Nacional do Magistério acabando com todas as outras carreiras. O SINESP levou uma comissão para buscar apoio contra o PL e reforçar pedido de apoio à PEC 555/06, que isenta aposentados e pensionistas do pagamento previdenciário.

Formação, sempre

O sociólogo Rudá Ricci, Diretor do Instituto Cultiva e Consultor do SINESP, proferiu a palestra “Conjuntura Educacional Brasil 2015”.

Com dados amplamente analisados, Rudá comprovou a falta de coerência estratégica para o setor, ocasionada pelo que chamou de “explosão de Ministros da Educação de diferentes perfis da Era Lula e Dilma”. Apontou a intensificação de problemas como a fortíssima centralização orçamentária, a avalanche de técnicos formulando políticas nos Estados e Municípios, o aumento abusivo de apostilamento dos conteúdos. Desde Cristovam Buarque 2003/2004, que se deteve na erradicação do analfabetismo e no Ensino Médio, o foco educacional foi mudando, até chegar a Haddad como Ministro, que privilegiou exames avaliativos externos, IDEB, ENEM, ENAD, deu foco à nacionalização das políticas, o que ocorre também em outros setores.

Em 2015, pela rotatividade de Ministros, fica evidente que o país não tem política para a educação. O atual, Mercadante, se preocupa com formação para o mercado de trabalho, meta da vertente com visão liberal da economia. Janine Ribeiro, em tão pouco tempo, cortou verbas de forma inusitada.

“O MEC”, disse Rudá, “como todos os outros Ministérios está contaminado pelo momento político nacional, com a ameaça de impedimento da Presidente da República.”

Em retrospectiva, lembrou que desde os anos 90 houve uma sensível mudança de perspectiva na educação: de reformas, com articulação da comunidade – reforma curricular de inspiração européia, com ênfase nos ciclos e foco no desenvolvimento humano – para



os anos 2000, em que prevalece a nacionalização com terceirização. Hoje aparece a ideia altamente perigosa da militarização para acabar com a violência nas escolas, a escola sem partido, a terceirização da gestão, o corte de gastos pela unificação de ciclos por U.E., como a que ocorre no estado de São Paulo – podendo levar à desumanização da educação – a premiação como estímulo, o foco no resultado numérico (IDEB), o esvaziamento total da educação com nacionalização dos programas.

Rudá considera a monetarização da educação um engodo, pois “o Brasil investe cada vez mais com educação sem alcançar o êxito desejado”. Não conseguimos superar problemas sérios: o país é campeão de violência e indisciplina escolar; 12,5% de professores pesquisados já sofreram intimidações; 20% é o tempo médio usado pelo professor para colocar ordem na sala de aula.

Rudá Ricci aponta caminhos para a superação, nos quais se deveria investir: “o eixo, a saída está na relação família-escola. Os principais fatores de desempenho escolar são a escolarização da mãe, o acolhimento comunitário e o perfil do diretor escolar.” Ele sugere que a articulação entre família e comunidade conte com a presença do articulador comunitário e de equipe multidisciplinar no atendimento das famílias, na concepção de ampla rede de proteção.

SINESP na luta

SINESP apoia e participa da luta contra a Medicalização na Educação

A Sessão Solene em Comemoração ao “Dia Municipal de Luta Contra a Medicalização da Educação” ocorreu em 10 de Novembro, na Câmara Municipal de São Paulo, por iniciativa do Vereador Eliseu Gabriel e com apoio do SINESP.

O Sindicato foi representado por sua vice-presidente Maria Benedita de Castro de Andrade que destacou em sua fala que “a medicalização - tendência de se considerar comportamentos diferentes como doença, e assim tratá-los com remédio - tem cumprido o papel de controlar e subverter as pessoas, destituindo-as de autonomia, transformando



Marilza e Benê, Dirigentes do SINESP, aguardam o início da sessão na Câmara

essas pessoas em portadores de distúrbios de comportamento e de aprendizagem.”

O problema não nasce na escola. Questões de cunho sociais e econômicas estão ligadas a medicalização da educação, em uma esfera macro. As mudanças que acontecem no mundo atualmente são muito rápidas e constantes e as instituições sociais deveriam se capacitar para lidar com as novas

formas com que crianças e jovens se relacionam com o mundo, em vez de taxá-los de doentes.

Torna-se cada vez mais necessário, portanto, um olhar mais criterioso sobre a medicalização, ponderando os benefícios e os malefícios do uso constante e desmedido das drogas potencializadoras da atenção no processo de formação de nossas crianças e adolescentes, assim como da

importância da família atuante na escola para a resolução do problema.

Como conferencistas, participaram Rubens Bias Pinto e Janaina Lopes Diogo, bem como, Rui Harayama e Sabrina Gasparetti, aqueles da SMS/SP e estes do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Foi dado destaque para os seguintes tópicos: recomendações do Ministério da Saúde para adoção de práticas não medicalizantes, protocolo nº 986/2014, de dispensação do Metilfenidato do Município de São Paulo, nota técnica sobre uso de fármacos e efeitos dos diagnósticos na escola.

Do debate fica a certeza de que é necessário, o quanto antes, desenvolvermos políticas públicas que protejam nossas crianças e adolescentes dessa situação.

Comissão Central da Eleição do Conselho Tutelar anula a escolha

Na última reunião do CREP do SINESP, vários Conselheiros apontaram irregularidades no pleito, que foram encaminhadas pelo SINESP ao Ministério Público e a SME

A Comissão Central do processo de escolha do Conselho Tutelar do Município de São Paulo deliberou tornar nula a escolha dos novos conselheiros, ocorrida em 15 de novembro de 2015, e orienta que novo

pleito ocorra em 21 de fevereiro de 2016. Decisão final caberá ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Antes desta decisão, com as informações apresentadas pelos Conselheiros na reunião reali-

zada no dia 16 de novembro, a Diretoria do SINESP elaborou e enviou ofício ao Ministério Público relatando os problemas na eleição e pedindo providências. Também enviou ofício a SME relatando os problemas e

exigindo soluções em audiência com o Secretário de Educação.

Veja, no site do SINESP, a íntegra dos ofícios e os diversos problemas apontados

Agenda do Sinesp

Outubro/2015

- 1-Reunião do Conselho Municipal de Educação
- 3- Passeio a Monte Verde
- 6- Colégio de Líderes / SINP
- 7- Ciclo de palestra sobre Danças Circulares
- 8- Reunião do Conselho Municipal de Educação
- 13-Reunião da Mesa Central de Negociação
- 19-Ciclo de palestras / SINP
- 20-Colégio de líderes / PEC 555/06 Frente São Paulo
- 21-Fórum Municipal de Educação
- Ciclo de palestras danças circulares
- 22-Reunião do Conselho Municipal de Educação
- 26-Congresso de Supervisores em Santa Catarina
- 27-Reunião da Frente São Paulo - PEC 555/06
- 27-Visita Monitorada ao Teatro Municipal
- 28-Posse da Diretoria do SINESP mandato 2015/2018
- 29-Reunião da Mesa Central de Negociação
- Reunião do Conselho Deliberativo do IPREM

Cultura e Lazer

Visitas monitoradas ao Teatro Municipal atrai filiados

Fizeram muito sucesso entre os filiados as duas visitas monitoradas ao Teatro Municipal organizadas pelo SINESP nos dias 27 de outubro e 17 de novembro.

A principal casa de espetáculos de São Paulo foi inaugurado em 22 de setembro de 1911 e hoje é um dos cartões postais da capital, tanto por seu estilo arquitetônico, inspirado na Ópera de Paris, como por ter sido palco da Semana de Arte Moderna de 1922, marco inicial do Modernismo no Brasil.

O monitor intragiu bastante com os filiados do SINESP. Contou a história do Teatro Municipal de São Paulo, construído para atender o desejo da elite paulista, que queria que a cidade estivesse à altura dos grandes centros culturais da época. Hoje, o Teatro abriga a Orquestra Sinfônica Municipal, a Orquestra Experimental de Repertório, o Coral Lírico, o Coral Paulistano e o Ballet da Cidade de São Paulo. O edifício faz parte do Patrimônio Histórico do Estado desde 1981, quando foi tombado pelo Condephaat.



Parte do grupo do SINESP ouve o monitor na visita feita no dia 17 de novembro



Confraternização 2015

O SINESP convida seus filiados e familiares para o grande encontro deste final de ano

Uma tarde com feijoada, música (DJ) e Personal Dancers

12 de dezembro, 12h00, no Clube Homs
Av. Paulista, 735 - Estacionamento no local (R\$ 40,00) ou Av. Paulista, 620/648, 2º subsolo (R\$ 15,00)
INSCRIÇÕES até 08 de dezembro pelo site www.sinesp.org.br
Sócio: R\$ 75,00 / Convidado R\$ 85,00

*Chef
Gilberto Mathias*

Venha com seus familiares dançar, comer bem, se divertir e confraternizar com seus colegas de trabalho e de luta!

PARA USO DOS CORREIOS

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou Síndico | |

REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO POSTAL EM ___/___/___

EM ___/___/___

RESPONSÁVEL

SINESP - SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Praça Dom José Gaspar, 30, 3º andar - CEP 01047-010 - fone: 3255 9794
 Site: www.sinesp.org.br E-mail - sinesp@sinesp.org.br

**Mala Direta
Básica**

9912383790/2015-DR/SPM
SINESP

 Correios